

**ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA SETORIAL DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E  
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS  
GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

1 Aos 11 dias do mês de novembro de 2015, as 14hrs35min, na sede da Prefeitura de  
2 Ibitaré/MG, realizou-se reunião de Câmara Setorial para tratar da proposta de construção  
3 de acordo entre a Prefeitura de Ibitaré e os moradores da Ocupação Barreirinho. Conforme  
4 lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para Governar”. O coordenador da  
5 Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo e Negociação, Hércio Martins Borges, abriu a  
6 reunião se apresentando como representante do presidente da Mesa, Claudius Vinícius  
7 Leite Pereira, impossibilitado de comparecer em razão de compromissos na COHAB  
8 Minas. Afirmou que a reunião desta Câmara Setorial foi convocada com o objetivo de selar  
9 o acordo entre a Prefeitura de Ibitaré e os moradores da Ocupação Barreirinho, visando à  
10 solução pacífica do conflito. Em seguida, abriu a palavra à apresentação dos presentes na  
11 sequência fez a leitura da ata da reunião realizada no dia 04 de novembro de 2015. Logo  
12 após passou a palavra para a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social a Sr.<sup>a</sup>  
13 Delzira de Oliveira que iniciou sua fala agradecendo a presença Sr. José Evaristo  
14 Rodrigues. Disse que visitaram a ocupação para fazerem a reanálise dos cadastros,  
15 completou dizendo que o processo foi bastante tranquilo, no oportuno se reuniram com as  
16 famílias presentes. Informou que algumas pessoas não passaram nos critérios do  
17 cadastro. Fez questão de expor que um dos casos é um casal de menores, com idades de  
18 17 (dezesete) anos o menino e 14 (quatorze) anos a menina, dando entender que são  
19 incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, outro caso é um rapaz que não  
20 conseguiu comprovar endereço residencial. Foi citado também o caso da Sr.<sup>a</sup> Ana Flávia  
21 que ultrapassou a renda per capita exigida para o benefício. Diante do exposto surgiram  
22 algumas dúvidas referentes aos critérios bolsa aluguel. A Sr.<sup>a</sup> Delzira explicou que os  
23 critérios do bolsa aluguel é diferente dos critérios do *Programa Minha Casa e Minha Vida*.  
24 A representante da Ocupação a Sr.<sup>a</sup> Poliana Souza asseverou que não passar nos critérios  
25 do bolsa aluguel não significa deixar de atender os casos mencionados, ressaltando assim,  
26 a importância de garantir que sejam contemplados por outros programas. Na sequência o  
27 Sr. Hércio solicitou que citem os nomes das pessoas que não serão beneficiadas com  
28 bolsa aluguel para tentar inseri-los no auxílio moradia. Na continuidade o Procurador do  
29 município o Sr. Dalmar Moraes Duarte falou que posteriormente outros cadastros serão  
30 realizados com intuito de tentarem incluir demais pessoas em outros programas, disse  
31 ainda que respeita os critérios, pois não tem poder legal e é preciso seguir juridicamente.  
32 Falou que serão duas etapas, sendo a primeira a saída pacífica das famílias sendo estas

**ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA SETORIAL DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E  
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS  
GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

33 atendias pelo o bolsa aluguel a segunda etapa será a construção de aproximadamente 140  
34 (cento quarenta) unidades em pareceria com outros órgãos, sendo o primeiro programa  
35 habitacional implementado no município. Afirmou que serão 49 (quarenta e nove) famílias  
36 atendidas com o bolsa aluguel e 2 (dois) com auxilio moradia, sendo o total de 51  
37 (cinquenta e um) beneficiados. Logo após a Sr.<sup>a</sup> Poliana ponderou que o valor de R\$  
38 400,00 (quatrocentos) reais é um valor baixo para fazerem a locação de casas, para tanto  
39 perguntou se a COHAB pode aumentar para R\$ 500,00 (quinhentos) reais o valor do  
40 beneficio. No oportuno a representante da ocupação a Sr.<sup>a</sup> Fabiana propôs continuarem na  
41 ocupação até a entrega das moradias, justificando que o processo irá otimizar recurso. Em  
42 seguida o Sr. Dalmar disse que não há possibilidade, porque já existe um projeto com a  
43 Caixa Federal para área ocupada, para tanto o recurso só é liberado mediante a  
44 desocupação. Explicou ainda que a preferência deste projeto é atender as pessoas que  
45 perderam suas casas e estão cadastradas na Secretaria do Meio Ambiente. O Sr. Hércio  
46 completou dizendo que legalmente a COHAB não poderá atender a solicitação do aumento  
47 do recurso. Nesse sentindo foi solicitado pela prefeitura um intervalo de 5 (cinco) minutos.  
48 Retomando os trabalhos o Sr. Hércio apresentou uma nova proposta do auxílio pecuniário,  
49 sendo este repassado diretamente para as famílias. O Sr. Dalmar disse que é necessário  
50 definir os prazos para desocupação da área, pois o município corre o risco de perder o  
51 recurso com a Caixa Federal devido aos prazos estipulados. Na oportunidade disse que o  
52 Prefeito esta ciente dos acordos. O representante da ocupação o Sr. Leonardo Péricles  
53 disse que em princípio não veem problemas com quanto aos prazos, mas, contudo é  
54 necessário ter sensibilidades com aqueles que por algum motivo não consiga lugar para  
55 locar. Aproveitando o Sr. Dalmar perguntou ao representante da Policia Militar de Minas  
56 Gerais o Sr. Coronel Hércules P. Freitas se a PM pode acompanhar a desocupação das  
57 famílias. Respondendo o Coronel Hércules orientou a prefeitura faça uma ação de cercar a  
58 área para evitarem uma nova ocupação. Disse ainda que é preciso preocupar com os  
59 prazos recursais, explicou que existe tempo para abrir e fechar para utilização dos  
60 recursos. Solicitou que a desocupação ocorra de imediato, usando o bom senso para até  
61 mesmo evitar maiores transtornos. A Sr.<sup>a</sup> Poliana deixou claro que são responsáveis  
62 exatamente pelas as 49 (quarenta e nove) famílias, as demais que se encontram no local  
63 não é de responsabilidade do movimento. No oportuno perguntou se a prefeitura pode  
64 auxiliar na procura de casas para alugarem. Na sequencia a Sr.<sup>a</sup> Delzira disse que a

**ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA SETORIAL DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E  
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS  
GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

65 prefeitura não pode assumir a responsabilidade de garantir locação de casas para as  
66 famílias devido a vários fatores, disse ainda o que pode ser garantido é a logística de  
67 transporte para a desocupação. Depois de um leque de discussão foi acordado que o  
68 prazo para desocupação será até o dia 11 de janeiro de 2016. A Sr. Poliana informou que  
69 a saída será coletiva e solicitou que na ação tenha um representante da prefeitura e um  
70 representante do estado. Pedindo a palavra a representante da Advocacia Geral do Estado  
71 a Sr.<sup>a</sup> Sorya Rodrigues D'arque chamou atenção na parte jurídica e na parte de  
72 planejamento, falou que é necessário trabalhar com essa duas questões, pois interfere  
73 diretamente nos processos. A Advogada da COHAB a Sr.<sup>a</sup> Patrícia Lobato Assis informou  
74 que é preciso tirar uma data, pois só assim será possível realizar o repasse do auxílio  
75 pecuniário. O representante da RURALMINAS o Sr. Marco Túlio chamou atenção dizendo que  
76 não existe acordo perfeito dando como exemplo as desocupações que ocorrem no rural. O  
77 Sr. Leonardo salientou dizendo que modo geral os acordos não são bons para ambas às  
78 partes, mas contudo é preciso alguns detalhes do acordo fiquem bem definidos. Com a  
79 palavra o Sr. Dalmar disse que a prefeitura precisa que a área seja desocupada mais  
80 breve e seguiu elogiando a proposta das famílias desocuparem o local junto. A Sr.<sup>a</sup> Patrícia  
81 fez questão em ressaltar que o termo de cooperação técnica neste caso será específico,  
82 para tanto é preciso uma data, e fica a cargo da prefeitura estipular a data para o repasse.  
83 A Sr.<sup>a</sup> Poliana sugeriu que a data de desocupação seja a data do repasse do bolsa  
84 aluguel, porém disse que a data limite de 11 de janeiro de 2016 é para Mesa, pois  
85 pretendem desocupar o mais breve possível. Diante das colocações a prefeitura se  
86 comprometeu fazer o repasse um dia seguinte da desocupação da área. Os  
87 representantes da ocupação solicitaram que a prefeitura faça um comunicado formal as  
88 famílias referente à desocupação, solicitou ainda que a COHAB explique melhor como  
89 funciona o auxílio pecuniário. Na sequência o Sr. Hélcio explicou os procedimentos do  
90 auxílio. Após todas as manifestações das partes envolvidas na negociação e considerando  
91 os princípios constitucionais do direito à vida e da dignidade humana, direitos sociais à  
92 moradia e ao trabalho, função social da cidade e da propriedade, foi acordada as seguintes  
93 propostas: A presença do Ministério Público, da Prefeitura e do Estado no ato da  
94 desocupação da área; Comunicar ao Juiz responsável pela ação referente aos acordos se  
95 possível à presença do mesmo no dia da desocupação; enviar minuta de contrato para o  
96 Movimento de Luta nos Bairros e Favelas antes da celebração da assinatura; Inserção da

**ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA SETORIAL DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E  
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS  
GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS.**

97 Sr.<sup>a</sup> Ana Flávia e do Sr. Gilmar no auxílio moradia; Concessão do auxílio financeiro mensal  
98 no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos) reais para até 49 (quarenta e nove) famílias  
99 constantes no cadastro socioeconômico e que tenham cumprido as obrigações previstas  
100 no Termo de Cooperação Técnica celebrado entre Sedru, Cohab Minas e Prefeitura de  
101 Ibirité, a serem pagos por no máximo 18 (dezoito) meses ou até o reassentamento  
102 definitivo, considerando o que ocorrer primeiro; o prazo máximo para desocupação das  
103 famílias até o 11 de janeiro de 2016, podendo esta ação ocorrer antes da data estipulada;  
104 Constar no acordo celebrado entre as partes o local de construção do projeto habitacional  
105 visando o reassentamento das famílias beneficiadas. Estando todos de acordo com a  
106 proposta supracitada a Sr.<sup>a</sup> Delzira seguiu pedindo desculpas caso tenha se excedido em  
107 alguns momentos e agradeceu pela o aprendizado adquirido no decorrer de todo o  
108 processo e pela a participação de todos os entes envolvidos, destacando assim a  
109 realização do acordo pacífico, parabenizou a conduta da PM na pessoa do Coronel  
110 Hércules. O Sr. Hércio finalizou dizendo que o Estado ficou satisfeito pelos acordos e  
111 agradeceu pela paciência que os participantes tiveram. Nada mais havendo a tratar, o  
112 Coordenado da reunião deu por encerrada a reunião, ato este precedido da lavratura  
113 dessa ata.

114 Ibirité, 11 de novembro de 2015.

115